

3

Transmissão Psíquica: alguns aportes para a genealogia de um saber

Transmissão psíquica é um dos temas centrais da construção teórica contemporânea da psicanálise. Até o presente, foi privilegiado o estudo do eixo vertical geracional; a investigação sobre o eixo horizontal transobjetivo permaneceu em segundo plano. O estudo do eixo geracional ou da transmissão do psiquismo, entre e pelas gerações, tem ancestrais teóricos dos quais serão resgatados neste capítulo: Freud, pedra angular de todos os desenvolvimentos posteriores, e Winnicott, suplemento criativo que aprofunda o lugar e a função do meio externo na construção subjetiva do legado transmitido.

3.1.

Trilhas sobre a transmissão no texto freudiano

“Na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer – tudo é, de alguma maneira, preservado e, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz.”

(Freud, 1930, p.87)

3.1.1.

A hipótese filogenética e o genealógico

No campo da psicanálise que escuta os vínculos, temos acesso hoje a uma construção teórica mais consistente sobre a transmissão psíquica geracional. Ante este legado teórico, viajar a um passado distante e reencontrar o ponto de partida ou marco da fundação deste saber faz com que se retorne a Freud.

Já tivemos ocasião de fazer referência a René Kaës. Como psicanalista e professor da Universidade de Lyon, este autor vem, desde 1985, fazendo uma releitura da metapsicologia freudiana e construindo, como desdobramento desta, uma metapsicologia da

intersubjetividade. Para ele, o tema da transmissão psíquica pode ser considerado contemporâneo ao nascimento da própria psicanálise, quando a questão da transmissão aparece indissociável do estudo da transferência (Kaës, 1996). Sendo a transferência um dos conceitos-chave no texto e na clínica psicanalítica, o conceito de transmissão psíquica passou a exigir também um lugar de destaque na construção teórico-clínica.

Segundo este autor a preocupação com o herdado perpassa a obra freudiana, desde os “Estudos sobre a histeria” (1895) até “Moisés e o Monoteísmo” (1939). Na releitura do texto de Freud, ele diferencia três vias de investigação no que virá a se constituir o antecedente da teoria atual sobre transmissão psíquica: a etiologia da doença psíquica e sua transmissão, a transmissão inconsciente por identificação e a transmissão de geração em geração do tabu e da culpa.

O texto freudiano apresenta algumas noções e hipóteses que têm dupla marca para o campo da transmissão psíquica. Uma marca de sentido mais amplo introduz a hipótese filogenética e uma marca mais contextual traz elementos sobre os conteúdos que são transmitidos de pai para filho. É importante registrar que não há, no legado freudiano, uma teoria sobre a transmissão psíquica, mas, através de uma polissemia semântica – contágio, herança, indução, aquisição –, Freud nos deixa alguns pontos de apoio para a construção teórica contemporânea, pontos desenvolvidos por uma cadeia de sucessores.

A descoberta, em 1983, do décimo segundo ensaio metapsicológico freudiano, “Visão de conjunto das neuroses de transferência” (1915), revaloriza a filogênese e a existência de uma pré-história mítica da espécie, uma pré-estrutura que escapa às possibilidades de compreensão do sujeito¹.

¹ A edição brasileira deste ensaio foi publicada com o título *Neuroses de transferência: uma síntese*, mas, em sintonia com a edição francesa, utilizo *Visão de conjunto das neuroses de transferência*, já que as noções de conjunto e estrutura caracterizam o texto psicanalítico como um todo e norteiam as indagações que o tema da transmissão psíquica inconsciente impõe às gerações.

A noção de herança arcaica está ali sustentada pela hipótese filogenética, apresentada na segunda parte do ensaio, como algo da ordem do acontecimento, algo realmente novo para aquela época. Segundo Birman (1993), ela é construída por Freud em parceria com Ferenczi num momento histórico em que ambos, apoiados na teoria biológica de Lamarck, dão sustentação à transcendência das formações fantasmáticas. Desenvolvem, então, uma metabiologia, ou seja, um texto orientado pela articulação da psicanálise com a biologia, no qual são construídas hipóteses importantes no que se refere a elementos para uma abordagem psicanalítica da transmissão psíquica inconsciente.

Com suas postulações sobre fantasias filogenéticas, Freud tornou-se precursor dos autores contemporâneos que desenvolvem estudo teórico-clínico sobre a transmissão psíquica familiar e cultural, todos atentos ao lugar dos ancestrais e antepassados na construção da subjetividade, abordada em suas três dimensões: intrasubjetiva, intersubjetiva e transubjetiva.

Neste contexto, Freud nos convida a viajar de volta ao passado filogenético, dizendo:

“Espero que o leitor, tendo notado pela forma maçante de muitos parágrafos como as observações foram montadas de maneira penosa e feitas com muito cuidado, seja tolerante, permitindo que a crítica ceda lugar à fantasia na apresentação de coisas incertas, embora estimulantes, o que justifico, na medida em que se pode, assim, abrir novas perspectivas”.

(Freud, 1915, p.72)

Nessa viagem de volta ao passado pré-histórico, encontramos “disposições herdadas que são restos das aquisições dos antepassados” (Freud, 1915, p.71) e que se somam às disposições atuais derivadas de experiências próprias. Há sempre esquemas universais que completam *a priori* a história individual e que são ordenados à estrutura edipiana. Com este posicionamento, poderíamos dizer que a abordagem psicanalítica fez prevalecer o valor do estrutural. Há algo, de alguma forma, já inscrito pela ação

do metaorganizador, que é o Édipo e “nesse ponto, o atavismo² triunfou sobre as circunstâncias acidentais da vida” (Laplanche, 1988, p.101).

A noção de herança arcaica já tinha sido introduzida em “Totem e Tabu” (1913), que apresenta a força do patrimônio psíquico herdado, mas, somente em “Moises e o Monoteísmo” (1937a), Freud vai afirmar que a herança arcaica se constitui das tendências, dos conteúdos e dos traços de memória relativos a experiências de gerações anteriores. Esta herança será transmitida pela influência silenciosa das comunicações inconscientes, independentemente da comunicação direta e da educação. Kaës (1996) nos lembra que a herança arcaica vai além do id, já que, na origem do indivíduo, o id e o ego são um só.

É questão, para Freud (1937a), o que faz uma recordação integrar a herança psíquica e em que circunstâncias ela se torna ativa, mesmo que com outras roupagens. Ele afirma que todo indivíduo cria disposições para seus descendentes e nos indaga por que nem todo indivíduo receberia legados de seus ascendentes. Desta colocação, podemos inferir que ele inscreve cada geração num eixo diacrônico, constituído pelo legado que o antecede e pelo legado que o sucede na cadeia da transmissão psíquica geracional.

Ainda como parte da hipótese filogenética, ao explicitar o funcionamento do pai primitivo da horda humana nos tempos glaciais, Freud registra a “fuga dos filhos ameaçados de castração, aprendendo a assumir juntos a luta pela vida”. (1915, p.79). Assumir juntos a luta pela vida colocaria em cena o vínculo fraterno, aliança que se estabelece entre os irmãos. Estudos atuais da psicanálise têm mostrado a força do vínculo fraterno como transmissor psíquico de uma contracultura, fechada à compreensão dos outros por pactos secretos e com valores próprios. Os irmãos realizam um vínculo simétrico e, ao estarem numa mesma geração,

² Atavismo: “do latim atavu, quarto avô + ismo. Reaparecimento em um descendente de um caráter não presente em seus descendentes imediatos, mas sim remotos” (Ferreira, 2001, p.191).

mantêm relações de proximidade, em geral, com intensas trocas de amor e ódio.

Deixando de lado a força do biológico, a hipótese filogenética é resgatada como uma metáfora da constituição pré-subjetiva do sujeito. Esta “metáfora do arcaico” (Birman, 1993) é fundante da *pré-história geracional* do sujeito, do casal e do grupo familiar.

A fundação do sujeito, assim como a do casal e da família, tem sempre como base algo que o transcende, algo da ordem de estruturas antecipatórias. Através destas estruturas se inscrevem impressões intermediadas pelo outro que Birman (1993) classifica em três tipos de registros, delineados de forma espaçada no texto freudiano: o registro interpretativo, pelo qual tudo que acontece tem um significado a ser decodificado e no qual o sujeito é parte de uma cadeia que o antecede e de um contexto interpretativo que o marca; o registro libidinal, que ressalta o cuidado materno que erogeniza o corpo da criança e o estrutura como corpo sexuado; e o registro mítico, pelo qual há um real que revela a estrutura fundante do sujeito, estrutura que o precede e que se inscreve como mito das origens.

O enfoque filogenético permaneceu esquecido nos desenvolvimentos teóricos psicanalíticos posteriores. Laplanche & Pontalis estão entre os autores que formalizam um “retorno a Freud”, revalorizando os conceitos deste enfoque pelo resgate da hipótese filogenética e da problemática do imaginário. Com eles, o leque metapsicológico é reaberto, indo além do sexual e acolhendo o infantil das origens. Em psicanálise, o infantil não é exatamente o que se viveu na infância, e sim os acontecimentos infantis metamorfoseados e impostos pelo processo primário, que constituem os “protótipos inconscientes” (Mezan, 1993). O infantil se configura como a parte do passado, baseada em acontecimentos traumáticos que cunham impressões pelo excesso de prazer ou desprazer e suscitam fantasias. A fantasia cria uma cena, uma ação encenada, que resulta de impressões marcadas sobre a superfície psíquica que não é inerte, não é tábua rasa, por ser o que se imprime referente ao

que foi desejado. Nesse processo de criação de fantasias, opera o princípio da “não homogeneidade: a impressão não reproduz o acontecimento, o objeto não reproduz a impressão, o acontecimento não é idêntico à experiência” (Mezan, 1991, p.72). As impressões escrevem uma história, constituída pelas experiências infantis, irrecuperáveis pela recordação e conservadas pela compulsão à repetição.

Podemos hoje acrescentar, a esta história, as impressões e traços de memória, cunhados pela transmissão psíquica através das gerações. O sujeito é marcado por impressões precoces, que inscrevem o infantil como matriz fundante do desejo e da repetição. Além do infantil, proponho considerar *o genealógico*, ou tudo que se constitui em impressões deixadas na subjetividade, pela cadeia da transmissão psíquica geracional dos ancestrais e antepassados, instaurando o que nomeio como *pré-história e história geracional* da subjetividade.

Considero ancestrais todos os integrantes da ascendência familiar com os quais não se conviveu e reservo a categoria de antepassados aos ascendentes com os quais se teve contato direto. A pré-história geracional transmite a forte presença dos ancestrais na formação subjetiva; já a história geracional resgata a força transmissora dos antepassados.

Pensar a *pré-história e a história geracional da subjetividade* inscreve o tema do adoecer na força da herança familiar. A hereditariedade da doença é postulada por Freud, já em 1895, no texto “Estudos sobre a histeria”, no qual apresenta o modelo de transmissão de energia nervosa e o modelo médico-social de epidemiologia e imunidade. Neste último, ressalta a constituição do social como um veículo da transmissão. É pelo contato direto com o outro que acontece a contaminação infecciosa. Esta contaminação, por contato direto, pode ser interpretada hoje como uma alegoria sobre a transmissão psíquica intergeracional – a que se estabelece entre gerações, que têm contigüidade.

Pelo modelo de contágio mental, Freud (1921) amplia sua contribuição, trazendo elementos não só sobre a identificação e a transferência como também sobre a hipnose, a sugestão e a transmissão de pensamentos. Este modelo valoriza os processos de identificação e de transferência que hoje são considerados pilares da teoria sobre a transmissão psíquica.

Na construção da doença, Freud vai além da hereditariedade que por si só não a determina. Admite, então, a força da história pessoal na etiologia da neurose (1895), o que reafirma ao citar Goethe: “aquilo que herdaste de teus pais conquista-o para fazê-lo teu” (1938, p.237). Pela transmissão psíquica, cada um adquire ativamente o que recebe dos pais e realiza metamorfoses no legado familiar e social ou recebe massificadamente a herança e, deste modo, favorece a repetição sem transformação.

Mas qual era o espaço reservado ao mundo externo no texto freudiano? O que se inscreve e se transmite proveniente deste contexto? O que configura um acontecimento?

Ao propor a equação etiológica para construção da neurose – H+P+D+S (hereditariedade + predisposição + fator desencadeante + sexualidade)-, Freud (1895) inclui entre os elementos a importância do circunstancial pelo fator desencadeante. Este fator refere-se a tudo aquilo que incide na subjetividade, proveniente do mundo externo. Com isso, apontaria já, de alguma forma, para a marca do acontecimento externo. De toda maneira, o circunstancial é apresentado com valor minimizado, pois este fator da ordem acontecimental não teria o poder de determinar a neurose, visto que, de todos os fatores, só a sexualidade é que a determinaria.

Por outro lado, Legrand (1993) nos lembra que, com a proposta de fantasias originárias, o texto freudiano já preconizava a força do acontecimento radical e apresentava o mito como a resposta tradicional do homem ao enigma do acontecimento. Consideram-se, como protótipos de acontecimentos radicais, o nascimento, a própria sexualidade e as inscrições de gênero e geração.

Na concepção freudiana, encontramos ambigüidade, idas e vindas no que diz respeito à importância do mundo externo e ao princípio da realidade. Para Laplanche & Pontalis, desde suas origens, a psicanálise teve como foco de estudo e tratamento a realidade psíquica, suspendendo o julgamento da realidade externa e fortalecendo o valor do subjetivo puro. Foi-se instalando uma disjunção extrema entre o “real bruto” (1985, p.19) e o material verbalizado na sessão analítica.

Relendo Freud após a minha inserção na escuta do social, dos grupos e dos vínculos, percebo que o objeto de estudo privilegiado foi a realidade psíquica inconsciente, existindo, contudo, em seus textos, indícios de preocupação com o social, como veremos posteriormente, ao desenvolver a transmissão que ocorre pelas informações vindas do espaço transsubjetivo. Esta preocupação com o social acabou impondo questões, aprofundadas por alguns de seus sucessores na construção da teoria psicanalítica.

Inicialmente, pela teoria da Sedução Sexual (1895-1897), o legado freudiano estabelecia a tese de que só se podia falar em trauma, à medida que a sedução sexual interviesse pela via da fantasia e não pelos fatos reais. O que era considerado trauma até esse momento de construção teórica?

No mínimo, dois eventos eram necessários para haver um trauma. Num primeiro evento, há a cena de sedução do adulto para com a criança. Já no segundo evento, que se instala após a puberdade, há uma cena menos traumática do que a primeira, sendo esta evocada através de traços associativos. Há, então, a lembrança da cena já vivida que assalta o eu e, como defesa, é acionado o recalçamento.

Ante o enigma sobre o que produz o trauma, a excitação que vem do mundo exterior ou a pulsão, a teoria da sedução, segundo Laplanche & Pontalis, permite responder que todo trauma tem dupla origem, por se constituir simultaneamente do que advém do exterior e do interior.

Estes autores apontam ser este primeiro evento, “corpo estranho”³ que permanece excluído no interior do próprio sujeito, geralmente constituído pelo desejo parental e pela fantasia que lhe dá sustentação, e não pela percepção de uma cena real. Invocar o desejo parental e a fantasia que o configura nos impõe o retorno à geração anterior e ao que se transmite psiquicamente para a geração subsequente.

Kaës (1996) coloca que, para Freud, “a sedução traumática precoce inscreve-se como uma determinação de causa na moral sexual cultural, mas passando pelo processo psíquico. Deste modo a doença neurótica dos pais é transmitida aos filhos” (p.53)⁴.

Laplanche & Pontalis reafirmam que, para Freud, o trauma psíquico só se dá a partir de um pré-existente, que adquire significação e que é a própria reminiscência da primeira cena. Deste modo, os sintomas são construídos a partir de fantasias e não de fatos reais, fantasias atualizadas como lembranças reais. Eles lamentam que, ao abandonar a teoria da sedução em 1897, Freud fica valorizando, por algum tempo, mais o sujeito do que o objeto, a constituição do que o evento, o interno do que o externo, o imaginário do que o real.

3.1.2.

As fantasias como matéria-prima da transmissão

Ao se distanciar da teoria da sedução, Freud passou da noção de cena para a de fantasia. Como já relatei, no período arcaico da elaboração psicanalítica, ainda na hipótese filogenética, havia *cenar originárias*, que eram procuradas bem para trás, na origem, e eram estruturantes de seqüências mais ou menos repetitivas. Freud posteriormente passa a supor que, assim como houve cenas, há *fantasias originárias*, gestoras de todas as fantasias individuais na

³ Aqui “corpo estranho” refere-se à lembrança do trauma que se mantém, como agente ativo, durante longo tempo após ter assaltado o eu (colocação freudiana de 1895).

⁴ Tradução da autora.

sua diversidade. “A fantasia originária desce para o concreto, determinando certos aspectos do roteiro que se devem necessariamente reencontrar” (Laplanche, 1988, p.102).

Nesta virada de rumo, Freud criou o conceito de fantasias originárias, *Urphantasien*, também nomeadas pela psicanálise como fantasias primitivas ou universais. No âmbito desta tese, estas fantasias servem de matriz para os conteúdos que se acrescentarão à história do sujeito, do casal ou do grupo familiar. Constituem-se em importante matéria prima da transmissão psíquica inconsciente, veiculada pelas gerações de um grupo familiar. Configuram-se num “roteiro de múltiplas entradas” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.72), sendo possível que um ou outro personagem ou ação da cena faça ressonância para cada sujeito, em cada tempo de sua vida.

Com a noção de *fantasia originária*, Freud expressou um duplo desejo: descobrir o alicerce do evento e dar resposta à exigência de ter uma base estrutural da fantasia para além do próprio evento. Ele precisava dar conta de uma realidade estruturada, de um princípio de organização do imaginário que viesse substituir a teoria do trauma, considerada fracassada, como elemento original da fantasia.

No legado freudiano, considero o Caso do Homem dos Lobos (1918 / 1914), o texto-ícone do valor das fantasias originárias na constituição da subjetividade e dos vínculos, que, conseqüentemente, traz elementos importantes para o estudo da transmissão psíquica. Este caso é, repetidas vezes, citado e desenvolvido pelos analistas, que estudam os vínculos como o estudo em que as fantasias originárias estão mais bem caracterizadas.

No sonho em que o paciente vê a janela abrir-se para a árvore cheia de lobos, Laplanche (1988) registra dois aspectos correlatos: por um lado, a cena primitiva na qual os lobos representam o espetáculo do coito dos pais; e, por outro lado, a idéia de que a cena está ligada à castração. Apresentando uma fobia, o lobo, como animal de angústia, representaria a ameaça simbólica de castração.

O caso do Homem dos Lobos torna-se paradigmático também da hipótese filogenética, já que nele é apresentada, por uma das primeiras vezes, a idéia de um esquema que antecede e tem primazia sobre a história individual: há um Deus terrível que projeta seu caráter sobre o pai da criança e, ante esta cena, o pequeno Homem dos Lobos tem que defender seu próprio pai, adaptando-se, mesmo sem o desejar, a um esquema filogenético. Na realidade, o pai real carregava a sombra de um Deus pré-histórico castigador.

Ao estudar a fantasia, Freud lhe atribui o duplo lugar de dado manifesto e de conteúdo latente, de objeto considerado “realidade psíquica” com uma estrutura a ser analisada. Deste modo, mais uma vez, concentra sua atenção nos elementos originários reais e possíveis de verificação. Como um detetive numa procura apaixonada, vai farejando as pistas que levam ao que se dá do real na cena fantasiada e “jamais se resignou a assimilar as cenas como puras criações imaginárias” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.47).

Em 1917, na Conferência 23 de Introdução à Psicanálise, Freud amplia o conceito de fantasias originárias e lhe dá sua forma definitiva. Estas fantasias não negam a possibilidade de sua relação com eventos concretos da vida de cada um, mas é a realidade psíquica que lhes dá sustentação. O que, alguma vez, pode ter sido realidade nos tempos originários transmite-se como fantasia no transcorrer das gerações. Há um conteúdo constante que se repete, configurando três fantasias originárias: fantasia da cena primária, fantasia de sedução e fantasia de castração. Esta última corresponderia a uma ameaça real de mutilação em algum período passado da história humana que pode ressoar ante as experiências concretas do sujeito, tais como a diferença de sexo ou de geração.

Como em cada relato as mesmas fantasias são criadas, “cabe supor a existência de um esquema anterior, capaz de funcionar como organizador” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.53) e isto fortalece a filogênese.

Bernard (1991) afirma que Laplanche & Pontalis criticam a concepção filogenética da *Urphantasi*, mas não a substituem por

uma concepção estruturalista, ou seja, mesmo com reparos a sustentam. Por ser antes que mais nada fantasia, a *Urplantasien* é conteúdo imaginário e, como tal, possui características que dificilmente permitem que seja assimilável ou enquadrada em uma estrutura. As fantasias originárias seriam configurações de desejos inconscientes comuns à maioria dos seres humanos à medida que estes precisam enfrentar, no momento originário da construção do psiquismo, situações idênticas.

Hoje pensamos que, na construção do grupo familiar e do seu legado, as fantasias originárias são atualizadas como matéria-prima dos desejos inconscientes, que irrigam as redes vinculares familiares.

Em seus temas, as três fantasias reportam-se às origens e tentam dar uma resposta aos enigmas que a construção da subjetividade impõe. Com a fantasia da cena primitiva, configura-se a origem do indivíduo; com a fantasia de sedução, a origem da sexualidade; e com a fantasia de castração, a origem da diferença dos sexos.

Indo além das fantasias originárias, situamos o surgimento das fantasias em geral no curso real da história da criança, mais exatamente no aparecimento do auto-erotismo. Deste modo, certos pontos do corpo podem servir de apoio para o prazer, servindo também de lugar de encontro com o desejo, com a fantasia materna e com algumas das fantasias originárias.

Freud utiliza o mesmo termo, *Phantasie*, para definir as fantasias inconscientes e as conscientes ou devaneios diurnos. Ao usar uma mesma nomeação, atesta algo de familiar entre as fantasias inconscientes e conscientes, já que todas têm um mesmo conteúdo.

Ainda de acordo com Laplanche & Pontalis (1988), as fantasias inconscientes ou sempre foram inconscientes ou, num tempo anterior, foram fantasias conscientes, devaneios diurnos que passaram a integrar o inconsciente pela ação do recalçamento e é, neste enfoque, que interessam no meu texto. Tanto as fantasias conscientes como as inconscientes, incluindo as fantasias

originárias, recebem sua simbologia, em maior ou menor grau, do legado familiar que se configura, através das mais diversas fabulações, como uma das vertentes da ordem simbólica. Num processo analítico, seja individual ou vincular, as fantasias de desejo, reveladas nos sonhos, se apresentam muitas vezes como repetições ou novas configurações de cenas infantis.

Os autores citados afirmam também que cada fantasia carrega uma proporção variável do imaginário e do estrutural. Há uma linha classificatória que vai das fantasias conscientes num pólo superficial, passa pelas fantasias inconscientes e chega às fantasias originárias no pólo mais primitivo. No pólo primitivo, o roteiro é grupal, por haver uma cena com vários personagens; no pólo superficial, o roteiro é essencialmente na primeira pessoa, assinado pelo sujeito.

Laplanche & Pontalis lembram que, nos escritos iniciais sobre as fantasias, Freud concede valor especial ao que é escutado. O papel do escutado nos remete ao conceito de “eu-pele” (Anzieu, 1988), em que o envelope sonoro é o fundamental na construção do eu. O escutado inscreve o sujeito na história familiar e o faz conhecedor das lendas, legados e mitos dos pais, dos avós e dos ancestrais. Há um “dito ou ruído familiar, esse discurso falado ou secreto, preliminar ao sujeito no qual ele deve advir e localizar-se” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.60).

Há também um dizer do grupo familiar que, por palavras e gestos, transmite, no cotidiano, a sonoridade emocional do contexto familiar e social, configurando o desejo de cada um e um clima emocional de fundo, imposto pelo não dito e conseqüentemente pelo não escutado.

3.1.3.

O eixo narcísico de transmissão e a ferida genealógica

Podemos afirmar, então, que cada um advém e se inscreve como elo de uma cadeia de transmissão do psiquismo, tendo, como

um dos mobilizadores, um *eixo narcísico de transmissão* pelo qual nos fazemos sucessores de um narcisismo em herança.

Freud é quem nos propõe o conceito de narcisismo como um dos conceitos-chave da metapsicologia e da clínica psicanalítica. Pode ser considerado a pedra angular que fundamenta uma nova orientação da teoria da libido e da construção das relações de objeto, demarcando a relação estrutural do seu legado teórico e agrupando uma série de fenômenos psíquicos.

Narcisismo é hoje uma palavra que evoca um grupo de idéias e noções que lhe são conexas e, neste vasto leque de significações, resgato o conceito de narcisismo, entendido como herança e como rede de identificações.

Em 1914, Freud escreveu “Introdução ao Narcisismo” em suas férias em Roma, embora o tema do artigo viesse sendo germinado nos anos anteriores. Já em 1913, ao publicar “Totem e Tabu”, Freud articula a idéia de narcisismo primário ao processo de idealização. Há uma crença na onipotência dos desejos, dos pensamentos e na força mágica das palavras. Isto provoca um grande investimento libidinal de si mesmo, cada um se acredita dotado de todas as qualidades de seus pais. A criança vê os pais como todo-poderosos e com eles se identifica pelo mecanismo de identificação projetiva. O narcisismo primário da criança, dentro deste enfoque, pode ser considerado reflexo do ideal de onipotência que os pais nela projetam. Fica, então, apresentada uma produção intersubjetiva da psique, abrindo caminho para o que hoje nomeio de *eixo narcísico de transmissão*.

É somente na “Introdução ao Narcisismo” (1914) que é desvendada a perspectiva do sujeito como elo de uma cadeia intersubjetiva, cadeia esta que lhe dá acolhida e o molda, mas que também é modificada pela sua ação.

“O indivíduo leva realmente uma existência dúplice: uma para servir a suas próprias finalidades e outra como um elo numa corrente, que ele serve contra sua vontade ou pelo menos involuntariamente”.

(Freud, 1914, p.94)

Para Kaës (1996), o texto freudiano oferece os fundamentos narcisistas da transmissão entre as gerações e através delas. Caberá a cada um resolver a exigência interna de ser sujeito para si próprio, sendo também sujeito do grupo familiar e social⁵.

Ainda na “Introdução ao Narcisismo” (1914), Freud apresenta o que hoje a clínica psicanalítica com famílias e casais confirma com clareza: para os pais, o filho é o herdeiro de seus desejos, sonhos e expectativas.

“Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo que de há muito abandonaram.”

(Freud, 1914, p.107)

Até que ponto acontece efetivamente um abandono do narcisismo dos pais? Mais do que abandono, a clínica familiar nos confronta com o *eixo narcísico de transmissão* que atua constantemente de forma inconsciente na construção do desejo parental, propiciando ou dificultando o reconhecimento do desejo do filho na sua alteridade. Este eixo perpassa as diferentes gerações de uma família: de avós para pais ou de pais para filhos acontece a construção dos vínculos, que têm, como uma das fontes de alimentação, o narcisismo.

“A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe”.

(Freud, 1914, p.108)

O narcisismo dos pais se mantém presente no ciclo da vida familiar, irrigando os vínculos de parentesco e, em especial, o de filiação. Pelo vínculo de filiação, o nascimento de cada filho, seu desenvolvimento e a discriminação de seu desejo fazem inscrição no *eixo narcísico de transmissão* e, por diversas vezes, as frustrações

⁵ Posteriormente Kaës (1996) passará a nomear o sujeito do inconsciente como sujeito da herança e de forma geral como sujeito do grupo.

ou negativas ao desejo dos pais podem se inscrever como feridas narcísicas. .

Para o narcisismo universal do homem, haveria que considerar quatro feridas. Três já definidas por Freud, em 1917: a cosmológica, pela qual o homem perde a ilusão de ser senhor do mundo; a biológica, que inscreve cada um na cadeia animal; a psicológica, da descoberta do inconsciente que o determina como sujeito; e mais uma evidenciada pela clínica vincular e individual: a *ferida genealógica*, que inscreve o desejo individual numa cadeia de transmissão psíquica familiar.

Segundo Azevedo (2001), os pais são mestres em atribuir compulsivamente todas as qualidades aos filhos e, ao mesmo tempo, em fazer segredo ou esquecer todos os defeitos ou limitações. Deste modo, evitam a dor construída pelas frustrações que a transmissão do legado familiar, nem sempre assumida, impõe.

Embasado na contribuição freudiana, Coutinho (1989) afirma que, na gênese do sujeito, é criado, concomitantemente, o objeto. Este nasce como criação imaginária do sujeito e tem como suporte o desejo do outro. Pensado desta forma, o objeto vai passando por um desvendamento da relação objetal, que deveria permanecer velada para cumprir a sua função de proporcionar a ilusão de completude. Isto é vivido como perda do objeto e deixa a nu a estrutura do sujeito. Dependendo da estrutura do sujeito, o objeto pode variar desde a sua inexistência até o objeto mais bem acabado, satisfazendo a ilusão de completude amorosa. Este autor estabelece uma relação direta entre a estruturação do sujeito e a relação com o objeto de desejo. Geralmente, o sujeito ou o grupo familiar, que vem exercitando a capacidade de criar e recriar suas redes vinculares, estão mais preparados para viver o luto decorrente da perda do objeto e a substituição por outro objeto de investimento.

Não é com pouco sofrimento que o sujeito se percebe fragmentado. Pelo parto psíquico, viverá a passagem da unidade totalizante para a triangulação. Esta primeira perda passará a ser modelo e primeiro ponto de partida para as perdas futuras que for

vivendo pela vida afora e, em especial, na vida amorosa. Pensar a questão do objeto exige pensar a história que percorre as gerações, ou seja, o universo de desejos que funda os vínculos estabelecidos.

Continuando o percurso do narcisismo nas instâncias freudianas, podemos dizer que o eu ideal é uma formação essencialmente narcísica, que substitui o narcisismo primário e se situa no tempo pré-edipiano. Já o ideal do eu, constituído pela identificação com uma figura parental de referência, situa-se no tempo edipiano, assim como o supereu.

Na “Introdução ao Narcisismo” (1914), Freud atribui ao ideal do eu as idealizações narcísicas do eu ideal. Estas idealizações deslocadas se constituem em apenas uma parte do ideal do eu, já que a formação desta instância se faz na dialética de uma confrontação do desejo e da interdição dele. O ideal do eu é o “herdeiro do narcisismo primário, no qual o eu infantil bastava-se a si mesmo como eu ideal”, diz Freud. Ao mesmo tempo, o ideal do eu tem uma função crítica que o constitui em sinônimo do supereu, conceito que será introduzido em 1923. Herdeiro do Complexo de Édipo, o supereu representa a função paterna, a lei, a castração. O pai não é apenas o rival odiado, mas também o modelo.

O supereu é o veículo da tradição e dos julgamentos de valores que são transmitidos de geração em geração, fazendo com que a identificação da criança seja construída de acordo com o supereu de seus pais (Freud, 1933).

Mais uma vez elementos de transmissão psíquica podem ser desvendados do texto freudiano como parte importante na construção do ideal do eu e do supereu⁶. Será necessário que o Édipo instale a injúria narcísica da castração para que o eu ideal passe a ser o ideal do eu. A partir deste momento, Narcisismo e Édipo serão dois momentos estruturais que se definem a partir do intersubjetivo (Matus, 1991).

⁶ Posteriormente, os teóricos da psicanálise que escutam os vínculos desenvolveram teoricamente a presença da transmissão psíquica na construção do Ideal do Eu Conjugal e Familiar.

Além dos vínculos parental e filial, também são marcados pelo *eixo narcísico de transmissão* a escolha amorosa e o vínculo conjugal. É em outra vertente da “Introdução ao Narcisismo” (1914) que encontramos a observação freudiana da vida erótica e sua compreensão da vida amorosa. Toda pessoa tem originalmente dois objetos sexuais: ela própria e a mulher que cuida dela. Na escolha amorosa de apoio, a pessoa pode amar tanto a mulher que a alimenta ou o pai que a protege, como também os substitutos sucessivos que ocuparão estes lugares. Nesta escolha, há um repetir constante do modelo parental, que, pela transmissão psíquica, chega ao presente e o configura. Na escolha narcísica, uma pessoa pode amar o que ela própria é, o que ela foi ou que ela gostaria de ser, assim como alguém que foi uma vez parte dela mesma.

É possível, no entanto, questionar esta divisão tão radical. Em geral, a escolha amorosa parece não ser unideterminada. Espera-se tudo do objeto (o outro), mas é impossível que ele corresponda a todas as exigências que lhe fazemos. Esperar tudo do objeto amoroso é ter uma expectativa de que o parceiro seja, em termos de realidade psíquica e vincular, apenas um veículo de manutenção dos antecessores que transmitem a lei do desejo.

Mesmo na escolha de apoio podemos dizer que há um fundo narcísico: o sujeito quer o vínculo com quem o protege, com quem o nutre, ou seja, as funções paterna e materna são demandadas.

Na escolha amorosa, cada parceiro fica referido ao seu narcisismo e à série da escolha objetal. Assim, o amor organiza o campo dos objetos de desejo e cria a ilusão de encontrar o objeto que tamponaria a falta (Alvarenga, 1996). A ilusão de completude é estruturante do vínculo de casal e, no namoro, é comum reeditar a necessidade de uma relação indiscriminada, na qual não existam diferenças (Tozatto, 1991).

Cada parceiro encontra um terreno fértil para a projeção no outro de tudo que idealizou e não realizou ou sabe que não realizará. O eu ideal é, na vida amorosa, deslocado para o lugar do

parceiro, passando a ser cobrado na sua função de proporcionar todas as perfeições como herdeiro do narcisismo.

O narcisismo primário pode ser pensado como o grau zero do desenvolvimento humano, sendo todo vínculo basicamente narcísico, porque a descoberta do outro se dá inicialmente pela descoberta de si mesmo. Esta descoberta tem como motor o mal-estar que a urgência da pulsão desencadeia em cada um desde o início da vida psíquica (Freud, 1931).

Mas até que ponto quem ama se priva realmente do narcisismo ou ama no parceiro algo de si mesmo projetado no outro, ou seja, no fundo se reinveste narcisicamente? Féres-Carneiro (1994) apresenta a questão da escolha amorosa como um jogo conjunto inconsciente, estabelecido entre os parceiros em função de um conflito similar não superado. A experiência clínica com casais mostra que isto é comum e que o narcisismo mediatizado ou limitado pelo estabelecimento de vínculo com o outro seria o narcisismo mais saudável, já que a única barreira ao amor, por si mesmo, é constituída pelo amor aos outros.

Freud vai além, no que considero contribuição para um *eixo narcísico de transmissão*, desenvolvendo também o conceito de auto-estima que depende intimamente da libido narcisista. Não ser amado diminui o sentimento de auto-estima e ser amado o aumenta. No amar, ficamos privados de parte de nosso narcisismo que só pode ser substituído pelo amor de outra pessoa por nós.

O eu fica ameaçado ante a divisão, embora o narcisismo seja a unidade diante do real, da fragmentação e da dor que isto provoca. Surge para apontar que há fragmentação. É só *a posteriori*, no olhar da mãe como um dos pontos de partida, no dizer de Berenstein, que o sujeito se olha e se constitui em unidade e, por retroação significativa, passa a saber de sua fragmentação original. O narcisismo funciona, então, como uma questão de ilusão de completude.

3.1.4. A rede de identificações e o estranho

Para além do narcisismo, um outro conceito-chave, para a posterior construção da teoria da transmissão psíquica, já tem elementos em Freud: a identificação.

A identificação é um processo considerado pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, sendo ambivalente desde o início (Freud, 1921). Por ser o vínculo afetivo mais primitivo, será pela força da identificação (parcial ou total) que cada eu irá se moldando de acordo com o aspecto do outro, tomado como modelo. Não só se vive um desejo de assumir as características do objeto (mais ou menos idealizado) como, por vezes, há um desejo de viver as situações que ele vive ou viveu.

Em “Psicologia de Grupo e Análise do Ego” (1921), Freud mostra que a transmissão se dá essencialmente pela via das identificações. Neste enfoque, temos o ideal de eu de um outro, o objeto ideal comum, ligando os membros de um grupo nas suas identificações imaginárias mútuas e exigindo o abandono dos ideais individuais. A proposta freudiana sobre a identificação leva Kaës a dizer que ela se constitui no processo maior da transmissão psíquica.

O eu se configura essencialmente no rastro dos vínculos intersubjetivos dos quais se destaca a identificação. Rocha (1981) aponta no texto freudiano duas formas de identificação que considera complementares: a primeira, ainda bem rudimentar, delimita o eu e o não eu, o interior e o exterior, dando sentido às fantasias de introjeção e de projeção; uma segunda forma de identificação é a especular, que permite à criança a integração, numa imagem unificada, de seu eu corporal.

Pela identificação, há um modelo norteador dos vínculos que vão se estabelecendo durante a vida: seja o parental, o amoroso e até os familiares, grupais, institucionais ou sociais. Por vezes, a

identificação não se realiza e há um permanecer no processo de imitação, fazendo-se a cópia do modelo proposto sem transformações. No texto freudiano, encontra-se, muitas vezes, um sentido equivalente ao que se refere a contágio, à imitação e a deslocamento como expressões da transmissão. Deslocar é, de certa maneira, ampliar uma rede que propicia uma cadeia de transmissão psíquica ou de novas ligações. Ainda em “Totem e Tabu” (1913), ao teorizar sobre o desejo e sobre seus caminhos, a proibição aparece como mobilizadora de deslocamentos, visto que, para uma força de atração, existe uma de repulsa.

“Um impulso inconsciente não precisa ter surgido no ponto em que faz seu aparecimento; pode surgir de uma outra região inteiramente diferente e haver aplicado originalmente a outras pessoas e conexões completamente diferentes; pode ter atingido o local em que chama nossa atenção, através do mecanismo de ‘deslocamento’ (...) pode ter sobrevivido desde épocas bem anteriores, nas quais era apropriado, até épocas e circunstâncias posteriores, nas quais suas manifestações estão destinadas a parecer estranhas.”

(Freud, 1913, p.92)

É esse “estranho” que hoje, pelos estudos sobre a transmissão psíquica, precisa ser escutado e decodificado como material de transmissão psíquica a invadir outra geração. Sempre há algo que resta e que é da ordem do estranho. O estranho em alemão é *Unheimlich* e tem significado polissêmico: por um lado, quer dizer o não familiar, e pelo outro, fala do que deve permanecer oculto, escondido.

Em Freud (1919), não encontramos esta oposição, pois o estranho nem sempre causa estranheza, enquanto que o familiar ou o pertencente ao grupo pode provocar estranheza, por, às vezes, revelar o que deveria permanecer em segredo ou não revelado. A estranheza se deve tanto à emergência do não-familiar quanto à emergência do recalçado, de algo aparentemente superado, mas que permanece no inconsciente. Ela aparece seja na forma de repetição involuntária ligada ao familiar, seja na forma de presentificação de

uma crença, de uma idéia recalçada e aparentemente superada, cuja evocação possa causar susto.

A vivência de estranhamento é uma das constantes na cadeia de transmissão psíquica. Inúmeras vezes, um segredo familiar atravessa mais de uma geração, inscrevendo o estranho nos vínculos intergeracionais. No vínculo com o outro, há sempre algo que resta inatingível e que é da ordem do estranho até para si próprio.

3.1.5. Memória, repetição e transferência

Para além da hipótese filogenética, do eixo narcísico de transmissão e da rede de identificações, a transmissão psíquica apresenta-se, no texto freudiano, pelas vias da memória, da repetição e da tradição. Inicialmente, na “Carta a Fliess” em 1896, Freud postula haver uma memória do afeto e uma memória da representação, que inscrevem traços inconscientes em diferentes tempos. Os traços inscritos são representativos de material psíquico, traduzido com ou sem falhas, presentificando-se no tempo atual.

De geração em geração, ao projetar algo para a realidade externa, reconhecemos que existem dois estados: um que está presente, consciente, e outro em que há algo latente, capaz de reaparecer. “Em resumo, estamos reconhecendo a coexistência da percepção e da memória(...)” (Freud, 1913, p.117). No “Projeto”, em 1895, Freud diz que algo se destaca da cadeia da memória e não se inscreve como tal. É o que se repete: o sujeito repete para não recordar (Freud, 1912), ou seja, faz uso da repetição como empecilho para atualizar suas lembranças.

Memória e repetição se atualizam na clínica psicanalítica individual e vincular, constituindo-se num palco privilegiado para a transferência. No texto freudiano, um mesmo termo nomeia a transmissão e a transferência: *die Ubertragung*. Os objetivos da transmissão psíquica, transmissão que é inconsciente, vão-se revelando na transferência da cena psicanalítica. É na transferência

que se encontram as indicações de como o analisando – seja indivíduo, casal ou grupo familiar – se posiciona com relação aos legados familiares e culturais, e de qual é o estatuto da subjetividade e dos vínculos pela via da transmissão (Eiguer, 1998). A transferência é o terreno privilegiado para as transformações das condições do analisando, sendo também o do analista e o da própria psicanálise.

A clínica psicanalítica vincular e individual permite o confronto com a insistência da repetição de situações não prazerosas. Algo está agindo, algo fixado que não muda. Freud lembra o caso da mulher que casa cinco vezes e os maridos morrem da mesma maneira. O que acontece? Seria efeito da cadeia de transmissão? O repetir e repetir impede a “chegança” (Derrida, 2001)⁷ da lembrança, por não haver como relembrar o que ficou à margem da cadeia da memória. O que vem por repetição compulsiva é, para Freud, pulsão de morte, diferentemente do que vem por representação. A pulsão de morte provoca um transtorno da organização psíquica do indivíduo, do casal ou da família.

Com o amadurecimento emocional, o indivíduo liberta-se da autoridade parental e vive um duplo momento: a necessidade de crescer e a dor que isto acarreta. No “Romance Familiar do Neurótico”, Freud (1908) alerta que ocorre uma oposição das gerações que se sucedem. Esta oposição ou conflito entre as gerações garante o desenvolvimento e o progresso não só da família como também do sujeito e da sociedade em si. Ele traz os primeiros elementos sobre a importância de estar atento às construções que cada um faz com os indícios oferecidos pelo meio familiar.

No que se refere à tradição, Freud (1913) induz a pensar numa transmissão psíquica direta de uma geração para outra. Há traços que se transferem sem modificações, implicando um caráter repetitivo compulsivo.

⁷ Comunicação pessoal.

“Os tabus, devemos supor, são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, extremamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração em geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social. Possivelmente, contudo, em gerações posteriores devem ter-se tornado ”organizadas” como um dom psíquico herdado”.

(Freud, 1913, p.51)

A tradição por si só não garante a transmissão inconsciente da vida psíquica. Para que a transmissão psíquica seja configurada, os conteúdos psíquicos herdados precisam ser efetivados por alguns acontecimentos da vida de cada um. Com esta colocação, é feito, já no texto freudiano, um prenúncio do conceito de epigênese, pelo qual as estruturas potenciais transmitidas são atualizadas pela interação intersubjetiva e pelos acontecimentos de cada época. Nessa cadeia de transmissão, um será portador da herança e contará com o acordo inconsciente de todos os envolvidos. Contar com este acordo exigirá que o portador da herança familiar negocie ganhos e perdas, crie mediações entre o seu desejo e o que constitui o desejo familiar, abrindo espaço para a intermediação.

3.1.6.

O intermediário como tópica da transmissão

A intermediação entre o sujeito e a cultura atravessa todas as investigações freudianas que, posteriormente, darão subsídios para a teoria da transmissão psíquica no campo do vincular e, em especial, para o conceito de intermediário, formalizado por Kaës (1996).

O conceito de intermediário implica pensar o intersubjetivo e os vínculos, por se constituir num lugar particular entre dois lugares. Alude, então, a uma tópica que supõe separação e diferenciação e, ao mesmo tempo, vinculação e diminuição de antagonismos entre as instâncias envolvidas.

Na primeira tópica do texto freudiano, o intermediário é central na expressão da transmissão intrapsíquica. Aparece nas passagens e transformações ocorridas entre o consciente e o pré-consciente, entre o inconsciente e o consciente. Na segunda tópica, o intermediário configura elementos da transmissão intersubjetiva e faz a articulação entre as formações internas ou realidade psíquica e o mundo externo. É, neste sentido, que mais nos interessa a compreensão da transmissão psíquica entre as gerações. Já no “Projeto de Psicologia” (1895), Freud apresenta a noção de barreira para-excitação, que se constituirá em referência central, para toda sua obra, de um aparelho situado no limite entre o interno e o externo, numa posição intermediária entre as fronteiras.

Quando, em 1920, Freud relata o brincar da criança com o carretel, fica proposto um indício de objeto intermediário que articula o interno com o externo, tendo o carretel o valor simbólico de objeto-pensamento.

Pela afirmação freudiana de 1923, a repetição intensa e freqüente das primeiras experiências do ego faz com que estas inscrevam resíduos do ego no id, resíduos que posteriormente, na formação do superego, poderão ser ativados. Originalmente id e ego são um só, constituindo um segmento da herança arcaica que inscreve tendências e linhas de desenvolvimento a serem percorridas pela transmissão.

A repetição faz a manutenção de traços inconscientes que vão constituir o ego, e este terá uma posição de intermediário entre o id e o superego, realizando uma passagem ou transferência de conteúdos, seja de impressões ou de representações.

Posteriormente, no texto “O Ego e o Id” (1923), o ego é definido como um mediador e como uma instância de fronteira. Ele precisa administrar o real, que vem do mundo externo, juntamente com a libido do id e a severidade do superego. O ego aparece como um agente de defesa e adaptação, tendo sempre a função de intermediário, função que será reafirmada em 1938, no “Esboço da Psicanálise”.

A inter/média/ação resultará numa negociação constante entre o perigo ou risco a se correr e a necessidade de defesa ou proteção. Segundo Kaës (1996), Freud estabelece um vínculo entre a capacidade de intermediar e a possibilidade de viver crise ou trauma, nomeando como traumáticas as excitações externas que, pela sua intensidade, rompem a barreira de proteção (Freud, 1920). O trauma seria resultado do fracasso da função de intermediação.

Diante da intermediação fracassada, Freud apontava, como perigo maior para o ego, o risco de ser aniquilado; o desamparo ou abandono por parte das forças protetoras faria surgir um sentimento de se deixar morrer. No âmbito do nosso objeto de estudo, só é possível compreender as relações entre o Eu e o mundo externo, passando pelo grupo familiar, fato que Freud apenas apontou ao dizer que a relação da criança com seus pais explicará a relação do ego com o superego.

Assim como o ego é intermediário entre o id e o superego na constituição do eu, podemos inferir que o grupo familiar é o espaço intermediário privilegiado entre o sujeito e o grupo social. Atualmente fica em questão a afirmação freudiana de que

“o modo de vida em comum (a família) que é filogeneticamente o mais antigo, e o único que existe na infância, não se deixará sobrepujar pelo modo cultural de vida adquirido depois.”
(Freud, 1930, p.124)

Na sociedade contemporânea, torna-se imprescindível submeter o texto acima a um filtro de relatividade. A vida familiar em comum não é mais hoje o único modelo infantil, já que os valores culturais atravessam com força a formação subjetiva e a construção das redes vinculares, como será visto no capítulo 5.

Hoje sabemos que delimitar fronteiras e intermediar o que se estabelece entre o sujeito e o grupo familiar e social, assim como também entre e através das gerações, será um dos indicadores da saúde na transmissão psíquica familiar e no estabelecimento dos vínculos subjetivos.

Nos vínculos de parentesco e na transmissão do legado familiar, que vem dos ancestrais e antepassados, e do legado que é construído nos vínculos atuais, ter um espaço de intermediação propicia a existência de cada um com o seu próprio desejo no grupo intrafamiliar, assim como facilita a discriminação de cada geração com os seus próprios valores.

Podemos ter dois tipos de intermediário: aquele que opera no interior de uma mesma estrutura; e o que articula dois conjuntos heterogêneos, aproximando o que existe em comum e discriminando as semelhanças e as diferenças.

A noção de intermediário, resgatada do texto freudiano, é aprofundada por Kaës que a delimita como conceito. Ele valoriza a intermediação não só na função de articulação, que reduz os antagonismos, como também na intermediação com sua faceta de criação ou gênese, realizando uma passagem transformadora (Kaës, 1996). Ter presente o conceito de intermediário permite pensar o movimento que os acontecimentos imprimem ao embasamento repetitivo do legado familiar. Os acontecimentos, por vezes, nos remetem para algo que resta e que é, como já vimos, da ordem do estranho.

3.1.7. Algumas considerações sobre o legado freudiano em causa

Com suas inúmeras contribuições, Freud foi construindo uma genealogia do psiquismo individual. Apresentou uma teoria corajosa numa época em que não poderia escapar ao determinismo dominante no século XIX. Por um lado, pensou os sujeitos com uma constituição psíquica cêntrica; por outro lado, afirmou paradoxalmente que os sujeitos não têm um centro ordenador único (Katz, 2002).

A elaboração teórica sobre a construção do sujeito privilegiou os aspectos intrasubjetivos (até aquele momento não reconhecidos),

já começando a introduzir aspectos voltados para o lugar da intersubjetividade na construção do eu. Delineou a questão do laço social e refletiu sobre a cultura.

A questão do grupo, em Freud, apresentou-se dividida: por um lado, o grupo como um modelo para psique, já que o aparelho psíquico consta de três instâncias: ego, id e superego; por outro lado, o grupo como lugar do inanalizável. Paradoxo instigante, pois a releitura de algumas passagens freudianas pode ser considerada semente inicial da teoria psicanalítica sobre os vínculos.

Freud intuiu a possibilidade de comunicação de inconsciente para inconsciente, destacou a importância das influências sofridas, principalmente nos primeiros anos de vida e especialmente as vividas com a mãe, tornando-se esta, para os dois sexos, objeto do primeiro amor, protótipo das relações amorosas posteriores.

Aprofundar o lugar da família como objeto de estudo no campo psicanalítico permaneceu como demanda para as gerações futuras de teóricos da psicanálise.

“Ao abandonar, como abandonou, a teoria do trauma sexual real pela pulsão e pela fantasia, acredito que Freud se afastou exageradamente das determinações reais e atuais e, assim, do caminho que poderia reconduzi-lo a hierarquizar as determinações reais externas, especialmente aquelas do grupo familiar, que só serão desenvolvidas várias décadas depois”.

(Bigliani, 2001, edição eletrônica sem paginação)

No mapeamento do legado freudiano para o tema da transmissão psíquica, andamos por territórios com fronteiras não estanques. Ao investigar prioritariamente a construção do mundo interno, Freud valorizou a herança psíquica, o narcisismo que se transmite de pais para filhos, e a identificação, ambas hoje consideradas suportes da teoria da transmissão psíquica inconsciente. Acenou também com um lugar para o mundo externo na constituição do sujeito, mantendo sempre ativa a importância da intermediação. Na sua obra, a transmissão psíquica tem um alcance epistemológico geral, porque, mesmo não aprofundando os espaços

intersubjetivo e transubjetivo, reconhece o aporte do outro na construção da subjetividade.

Há duas abordagens diferenciadas e simultâneas em Freud. A predominante apresenta a supremacia do esquema edípico como estrutura exata e com temporalidade única na constituição do psiquismo. Já uma outra abordagem nos permite perceber um psiquismo que coexiste com cortes, transgressões e descontinuidades. O que se refere à ordem estrutural foi mais desenvolvido, o que alude à ordem do acontecimento foi apenas insinuado, permanecendo à espera de ser investigado pelos seus sucessores.

A obra freudiana tem enorme abrangência, mas não pode ser vista como completa, fechada, numa ilusão de completude que só dificulta acolher contribuições advindas de novos tempos de construção teórica. Torna-se fundamental que todo saber “já sabido” seja posto em “esquecimento”, para poder escutar o novo, aquilo que ainda não sabemos. Nada fica definitivamente concluído. Recebemos constantemente questões em aberto e, com elas, as dificuldades e os impasses. É preciso ficar atento, visto que “o instituído, visando se manter, imprime um movimento incessante de englobar o que lhe ameaça” (Borges, H., 2002, p.200).

O próprio Freud (1914) recolocou em questão as hipóteses e construções teóricas a partir do que surgia na clínica. Considerava que os conceitos teóricos não são a base, mas sim o topo de qualquer construção e podem ser substituídos ou abandonados sem nenhum dano.

A trajetória freudiana foi marcada por idas e vindas incessantes, a partir do que surgia de inesperado na prática clínica. Posteriormente, muitos psicanalistas passaram a considerar o legado freudiano como um saber pleno, sem buracos nem falta, trancando a possibilidade de gerar conhecimentos próprios para novos campos de estudo e atuação como, por exemplo, a família e o casal.

A metapsicologia não pode ser encarada como um dogma, como um discurso sagrado a ser transmitido de geração em geração.

Nisto haveria uma deturpação da transmissão, que implica sempre em maior ou menor transformação, na cadeia de produção teórica, produção que repetirá determinados conteúdos que são atuais em todos os tempos.

Nos tempos pós-freudianos, diversos autores passaram a valorizar as dimensões intersubjetiva e transubjetiva, contribuindo para uma metapsicologia dos vínculos. Hoje resta, como desafio, pesquisar a revalorização do acontecimento que inscreve impressões no legado familiar e social.

Winnicott e Aulagnier têm um lugar especial e criativo entre os que contribuíram para a construção de uma ponte teórica, na passagem do individual ao vincular. O legado de Piera Aulagnier já foi incorporado à construção teórica sobre a transmissão psíquica pelos psicanalistas sensíveis às redes vinculares, mas a criação winnicottiana permaneceu como herança teórica a ser reconhecida e atualizada no que se refere a este campo e será aqui esboçada.

3.2.

Algumas contribuições de D. Winnicott à teoria da transmissão psíquica

“Cada indivíduo retratado é, antes de tudo, uma árvore de um pomar de família: ramifica-se com sua trajetória singular em direção ao futuro, mas permanece ligado profundamente ao solo em que estão fincadas suas raízes”.

Nomi Eve (2002)

3.2.1.

A mãe como transmissora

De forma radical, Winnicott desenvolve o lugar e a função materna como elemento primordial da transmissão psíquica inconsciente, ao afirmar que a constituição do ser fica na dependência do suporte materno.

“Ou a mãe possui um seio que *é*, de maneira que o bebê também pode *ser*, quando bebê e mãe ainda não estão separados na mente rudimentar daquele, ou então a mãe é incapaz de efetuar essa contribuição, caso em que o bebê tem de se desenvolver sem a capacidade de ser, ou com uma capacidade mutilada de ser”.

(Winnicott, 1975, p.116)

Winnicott vai além, dizendo que acontece uma verdadeira continuidade geracional. De uma geração a outra, vai-se dando uma passagem, pela via do elemento feminino, tanto de homens como de mulheres. Ao valorizar o feminino na corrente da transmissão psíquica, considero que Winnicott se antecipa e, precocemente, sugere o pensamento atual de que, tanto o homem como a mulher, assim como em muitos casos, um grupo ou instituição desempenham a função materna e ocupam o lugar de cuidadores. Ao cuidar, transmitem inconscientemente seus próprios desejos e valores.

Instala-se, então, uma longa luta entre os representantes de gerações diferentes, luta à qual é preciso sobreviver, por ser o ataque aos progenitores constante, principalmente na adolescência. “Crescer significa ocupar o lugar do genitor” (Winnicott, 1975, p.195). O crescimento, no entanto, exige uma tendência herdada e um entrelaçamento complexo com o meio ambiente. A confrontação entre os ideais de uma geração (os pais) e outra (os filhos) é necessária: por meio dela acontece a transformação do legado psíquico transmitido inconscientemente.

A transmissão psíquica tem toda uma faceta que se expressa com maior força nos tempos primitivos dos vínculos familiares, mas, segundo Winnicott (1978), tudo que se aplica aos estádios iniciais repete-se, até certo ponto, nos estádios posteriores, inclusive no da maturidade adulta.

Na vida fetal, não só os movimentos corporais da mãe, mas também seus estádios de tensão, imprimem no futuro bebê um ritmo mais agitado ou mais passivo. Soma-se a isto o fato de, nos últimos meses de gestação, a mãe viver uma alteração hormonal que também altera as emoções. Do ponto de vista da criança, já no ventre

materno, ela responde e vai formando seu “eu-pele” (Anzieu, 1988) pela resposta aos estímulos sensoriais.

Winnicott relata casos em que, durante a análise, o paciente regrediu a momentos da fase pré-natal, trazendo provas de que, durante o processo de nascimento, há uma memorização seqüencial de cada reação, o que perturba a continuidade da existência. Poderíamos, então, dizer que existe uma memorização ou catalogação de traumas que permanecem ativos. Esta catalogação das reações perturbadoras cria empecilho à construção do self, que age como “corpo estranho” sempre que lembra um fracasso adaptativo do meio, ficando isto além da compreensão.

Já nos primeiros meses de vida extra-uterina, há toda uma percepção difusa de um mundo de significações, tendo importância capital em termos da transmissão psíquica inconsciente.

O mundo externo com sua carga de significações pode ser apresentado ou imposto. Na apresentação, há uma percepção de que a criança, com suas indagações, vai ao encontro dos objetos da cultura. Nesse momento, cabe apresentar os objetos, dar respostas. Diferentemente, na imposição, os objetos da cultura invadem o bebê e o submetem, constituindo um falso *self* (Winnicott, 1975).

Apresentar e impor objetos da cultura constituem-se em ações específicas do processo que nomeamos de transmissão psíquica familiar. É por estas ações que se constrói o legado familiar herdado.

No início de vida, torna-se vital um meio ambiente perfeito. A mãe apresenta uma “preocupação materna primária” pela qual desenvolve uma sensibilidade aguçada para atender às necessidades do bebê. Neste momento, contar com “holding” familiar facilita que a mãe proporcione o necessário cuidado. Para Winnicott (1975), o vínculo materno filial vai passando por três experiências. Inicialmente, temos a experiência de “fusão” com dependência absoluta, propiciando uma vivência de ilusão de completude. Só após a experiência de fusão, vai-se dando a experiência de “desilusão” e entra-se, então, na fase de dependência relativa, na

qual a mãe não atende todas as necessidades. O eu – não-eu possibilita as “identificações cruzadas” pelas quais, o bebê se identifica com a mãe e, ao mesmo tempo, a mãe com ele. Viver a ilusão, e a conseqüente desilusão, prepara, finalmente, o caminho “rumo à independência”, exigindo a integração da mãe que satisfaz predominantemente as necessidades fisiológicas com a mãe que acolhe e dá afeto.

Temos uma “mãe suficientemente boa” (não necessariamente a própria mãe) sempre que há uma adaptação quase total às necessidades do bebê. Com o passar do tempo, essa adaptação ativa da mãe vai diminuindo gradativamente, respondendo à menor necessidade do bebê que vai tendo capacidade de lidar com o fracasso. Faz-se assim o caminho da ilusão para a desilusão. O bebê que é plenamente atendido cria a *ilusão* de que existe uma realidade externa que corresponde à sua capacidade de criar, mas não há ainda intercâmbio entre duas subjetividades. Há uma “unidade mãe-bebê” em que a subjetividade materna praticamente engloba o self do bebê ainda com mínima autonomia. Estabelece-se uma experiência mútua com identificações cruzadas, mas ainda não temos propriamente a intersubjetividade.

A mãe tem, como principal tarefa, a desilusão que continuará a ser função dos pais e dos educadores. Fica valorizado assim, desde os primórdios, a influência dos contextos intersubjetivo e transubjetivo na construção subjetiva. Para compreender melhor a tecelagem grupal que dá embasamento à transmissão psíquica é importante alertar sobre a diferença que Winnicott (1975) propõe entre relação de objeto e uso de objeto.

3.2.2. Relação de objeto e uso do objeto

Na relação de objeto, há uma experiência do indivíduo como ser isolado, dele consigo próprio. O objeto é especialmente significativo como tela que recebe projeções e identificações, porém

não temos ainda o relacionamento como um exercício das identificações cruzadas. Já no uso de um objeto, temos como premissa a relação de objeto e somamos a exigência de que este seja, necessariamente, real, fazendo parte de uma realidade compartilhada. A capacidade de usar um objeto indica um processo de amadurecimento que cria uma menor dependência de um meio ambiente considerado propício. A relação de objeto anuncia o espaço intrasubjetivo e o uso do objeto preconiza o espaço intersubjetivo, posteriormente conceituados por Puget (1989).

O uso do objeto refere-se a uma situação de diferenciação maior entre o sujeito e o objeto. Nela há um espaço simbólico compartilhado que introduz a alteridade e o ter que lidar com as diferenças. Em todo este percurso psíquico da fusão até a alteridade, temos constante o espaço intermediário, onde subjetividade e objetividade coexistem de forma paradoxal.

Ante essas afirmações winnicottianas, podemos deduzir que a transmissão psíquica inconsciente tem, nestes estádios do desenvolvimento, uma das maiores fontes de impressões psíquicas que serão transmitidas de uma geração à outra, principalmente através da memória corporal. Estas impressões podem ter, também, uma pré-história nos legados familiares, transmitidos pela cadeia das gerações.

Basicamente, a psicanálise preferiu centrar seu estudo no relacionamento, que pode ser descrito apenas em função do sujeito individual. Winnicott propôs prestar atenção também ao meio ambiente, considerando a natureza do objeto como coisa em si e para além da projeção. Os psicanalistas sensíveis à escuta dos vínculos aprofundaram estes subsídios ao pensar a subjetividade com três dimensões: não apenas a da intrasubjetividade, mas também a da intersubjetividade e a da transubjetividade.

De toda forma, a objetividade para Winnicott é relativa: tudo que é objetivamente percebido é, por definição, até certo ponto concebido subjetivamente. A realidade externa está sempre presente, inscrevendo impressões e traços na subjetividade e nos

vínculos. Para muitos, o real se apresenta extremamente subjetivo, e, para outros sujeitos, pelo contrário, se configura como objetividade pregnante.

Segundo Ruiz Correa (2000), a contribuição de Winnicott permite pensar um código psíquico pessoal, constituído pela rede de identificações, pela fantasmática e pelas relações objetais. Este código é demarcado pelo código social que se constitui a partir do sistema de valores, das crenças e das idéias de cada tempo. Os códigos psíquicos pessoal e social referem-se aos conceitos de organizadores psíquicos intrasubjetivos e organizadores psíquicos transubjetivos ou socioculturais, desenvolvidos por Kaës (1986).

Para gerir o mundo interno, o indivíduo precisará ir gradualmente diferenciando o que é subjetivo e o que é objetivo. Tendo um funcionamento saudável, terá um duplo interesse: o mundo externo e a realidade interna. Irá discriminando o real de sua própria fantasia, a forma de lidar com o mundo externo dependerá de como lida com o seu mundo interno.

O processo de aceitar a realidade, com as frustrações que lhe pertencem, coloca o indivíduo e seu grupo familiar na tensão sempre presente de relacionar a realidade interna com a externa. Para aliviar esta tensão, surge a área intermediária de experiência ou terceira área, também chamada por Winnicott (1975) de “espaço potencial”. Este espaço aprofunda a noção de intermediação que, como já vimos, Freud apresenta, repetidas vezes, em sua obra.

3.2.3.

O espaço potencial

O espaço potencial é um terreno de jogo de fronteiras indeterminadas que faz nossa realidade. Esta concepção nos leva além da cena freudiana, apresentando-nos, essencialmente, o confronto das figuras parentais com a repetição do originário fantasmático (Luz, 1998).

Proposto como área de desenvolvimento e experiência individual, o espaço potencial foi ficando à margem da teoria psicanalítica no que esta poderia ter-se aberto para a importância da experiência cultural. Falar em espaço potencial caracteriza que tanto o sujeito quanto o mundo externo emergem, simultaneamente, nesse lugar. É, deste modo, um espaço que tem dupla face por ser psíquico e real. É nele que a atividade de jogo sem regras ou brincadeira pode acontecer sempre que houver condições afetivas favoráveis.

O espaço potencial é singular, altamente variável de indivíduo para indivíduo. Outras realidades não têm esta variabilidade e se mantêm relativamente constantes: a realidade psíquica, por ser mais determinada biologicamente; e a realidade social, por ser mais propriedade comum.

No espaço potencial, acontecem não apenas o jogo criativo da infância, mas também o uso de símbolos, da linguagem e tudo que faz a vida cultural. Todas estas manifestações ficam marcadas pelo lugar e a função dos vínculos familiares como condutores privilegiados da transmissão psíquica. Deste modo, os vínculos estabelecidos no núcleo familiar, através de expressões criativas, passam a constituir a área intermediária, que dá sedimento para a ilusão e a esperança, e abre a possibilidade do espaço intersubjetivo.

A brincadeira, diferentemente do devaneio, tem suporte no mundo real e não na fantasia. A criança que consegue brincar sozinha, o faz a partir de uma pessoa confiável que permanece disponível na lembrança infantil. Aquele que permanece disponível na lembrança infantil passa a ter um lugar especial na cadeia da transmissão psíquica, já que, pelo confiar de base, é possível distinguir entre identidade subjetiva e alteridade cultural, isolamento e comunicação, solicitude e presença (Luz, 1998).

Desde a origem do ser, a experiência é compartilhada. A capacidade de ficar só e a capacidade de comunicar são emergentes da matriz do jogo que é grupal. O espaço potencial é o lugar em que

se oficia a experiência de vida criativa e no qual se aperfeiçoam os símbolos; estes servem tanto para os fenômenos do mundo exterior quanto para os da vida interior (Luz, 1998). Como diz Winnicott, o jogo criativo implica um estado de entrega, de repouso. Exige indeterminação, ausência de forma, de sentido e de destino. Funcionaria, então, como o terreno fértil para a gênese de um vínculo intersubjetivo, sendo espaço de transmissão e de herança.

“Ilusão da experiência, paradoxo da razão, eis o que Winnicott nos promete como fonte de vida psíquica, movimento de vai-vem entre o repouso no indeterminado e as sínteses do diverso, sempre ambíguas, provisórias sem princípio soberano de organização”.

(Luz, 1998, p.166)

Ao não propor um princípio soberano de organização para a subjetividade, Winnicott, sem explicitar, induz a pensar na transmissão psíquica como uma fonte de alimentação constante, que se presentifica num movimento de vai -vem, de eclipse. Entre o vazio e a plenitude, o sujeito se dá em processo.

Esta área intermediária de experiência, que existe entre o desconhecimento primário e o reconhecimento de dívida, é também denominada objeto ou fenômeno transicional.

Na clínica familiar, o desconhecer uma dívida, no que se refere ao legado familiar, denuncia um estar desconectado da cadeia de transmissão psíquica da qual cada um é herdeiro e transmissor. Fazer a passagem do lugar de desconhecimento para o de reconhecimento é uma das funções da psicoterapia familiar psicanalítica, que se constitui em espaço potencial para a transformação dos vínculos familiares.

3.2.4. O objeto transicional

O “objeto transicional” representa um sair do estado de fusão entre a mãe e o bebê para um estado de relação entre duas subjetividades. Exige que a mãe e, por extensão, o grupo familiar

apresentem o mundo à criança, de forma que esta não precise saber que o objeto não é criado por ele.

A experiência do objeto transicional e da criação se dá na primeira infância, mas continua por toda a vida. Considera-se que tenha valor de acontecimento, por estar sempre potencialmente presente, mas esperando ser encontrada. O viver fragmentado não permite a experiência e, ao viver sem criar, somos tomados por uma submissão à realidade externa, à qual ficamos adaptados ou apenas ajustados.

De acordo com Ciccone (1998), teríamos um esmagamento dos processos transicionais sempre que há uma transmissão traumática com efeito de alienação ou domínio. Para ele, nestes casos, o que se acredita ser *criado*, é apenas algo *encontrado* (os grifos são do autor). Pela transmissão traumática, o indivíduo apropria-se de algo que não lhe pertence e fica impedido de viver a ilusão do “achado – criado” (Kaës, 1998). Só a transmissão psíquica não traumática utilizará os processos de transicionalidade.

O objeto transicional permite o jogo de ilusão. Ele funciona diferentemente do fetiche que, ao negar a falta, inibe ou interrompe o jogo e, conseqüentemente, compromete a transmissão psíquica inconsciente.

Ao usar um objeto transicional, a criança vive uma primeira pressão eu - não-eu, uma primeira experiência de brincadeira e o primeiro uso de um símbolo de união-separação da sua mãe. Continuando pela vida, a experiência de criação é uma das molas propulsoras da transmissão psíquica na sua faceta transformadora, limitando a faceta da repetição.

3.2.5. A capacidade criadora

O sujeito não só reage ao que recebe, ele também cria um mundo próprio e, simultaneamente, cada época cria uma nova subjetividade. Para ser único e protagonista de sua história, cada

indivíduo, inserido num tecido cultural, vai constituindo a sua tecelagem psíquica, que possui fios do contexto individual sempre entremeados por fios do contexto social; assim, advém sujeito.

A cultura está dada e, ante sua determinação, o indivíduo faz sua apropriação dos conteúdos apresentados de forma criativa ou não criativa. Pela apropriação criativa, a cultura, que já existe, é, ao mesmo tempo, criada de maneira singular por cada um; esta criação pode ser considerada da ordem do acontecimento. A criação da cultura, com sua transformação, depende de um verdadeiro self e de uma mãe não invasiva, que saiba apresentar os objetos e o mundo.

Os valores familiares são muito importantes, mas é preciso haver ressonância entre o que vem de fora e o que vem de dentro. A herança pertence, naturalmente, à pessoa que se vai apossando do que pertence a ela. O que aparece já é algo que, antes de surgir, lhe pertence. A herança familiar vai advir num espaço criado anteriormente, um espaço potencial, transicional que é, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. A história da família se revela no espaço potencial e é, paradoxalmente, subjetivamente concebida e objetivamente percebida.

A gênese da criatividade acontece no espaço potencial, introduzido concomitantemente pela presença do objeto transicional. O espaço potencial, como novo espaço psíquico, vai-se expandindo e, assim, evolui para o espaço da cultura.

Há, então, uma capacidade criadora pessoal e social. Esta capacidade é algo que define o humano além do animal, mantendo a transmissão psíquica. A criação usa materiais ou conteúdos psicossociais, já presentes, mas traz algo novo que não é cópia. É uma nova ordenação que faz o criador.

“Muitos indivíduos experimentam suficientemente o viver criativo para reconhecer de maneira tanatizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos á criatividade de outrem, ou de uma máquina“.

(Winnicott,1975, p. 95)

Sendo uma nova ordenação o que faz o criador, a transmissão psíquica fica, então, imperativamente condicionada à criação e à expressão de um verdadeiro self.

O grupo familiar funciona como terreno propício ou inibidor da criatividade individual e vincular em todas suas nuances. Mesmo nos casos extremos de submissão ao legado familiar, “existe uma vida secreta satisfatória, pela sua qualidade criativa ou original a esse ser humano” (Winnicott, 1975, p.99). Nunca a possibilidade de criação chega a ser totalmente destruída; até nos casos em que escutamos a mais absoluta submissão, algo de criação se faz presente.

Para Winnicott (1975), criar é agir, produzir, realizar deliberadamente alguma coisa. Para criar e viver criativamente é preciso, porém, viver, não apenas sobreviver. Para isto, é condição não ter dúvida sobre o valor da vida e o valor se constrói a partir da qualidade e da quantidade das provisões ambientais, acredito que, principalmente, no início e nas fases primitivas da experiência de vida de cada um.

A criatividade se constitui na faceta que possibilita a metamorfose do legado familiar e social, transmitido inconscientemente de uma geração à outra. Falando em criatividade ou criação como algo universal, Winnicott (1975) se insere como precursor do tema da saúde e qualidade de vida, reservando um lugar privilegiado para a contribuição da experiência cultural e do ambiente na transmissão psíquica inconsciente.

3.2.6.

O espaço cultural

“Freud em sua topografia da mente, não encontrou lugar pra a experiência das coisas culturais. Deu um novo valor à realidade psíquica interna e disso proveio um novo valor para coisas que são reais e verdadeiramente externas. Freud utilizou a palavra ‘sublimação’ para apontar o caminho a um lugar em que a *experiência cultural* é significativa, mas talvez não tenha chegado ao ponto de nos dizer em que lugar na mente, se acha a experiência cultural.”

(Winnicott, 1975, p.133)

Denunciando estes limites no texto freudiano, Winnicott (1975) desenvolve a noção de “espaço cultural”, que passa a integrar o seu significativo legado para a teorização posterior sobre transmissão psíquica inconsciente.

O “espaço cultural” proporciona a continuidade do humano que transcende a existência pessoal e constitui a tecelagem grupal da transmissão psíquica inconsciente. Ele nomeia uma ampliação da idéia dos fenômenos transicionais e da brincadeira.

Há experiências culturais favoráveis ou desfavoráveis. Ter, como alicerce, um sentimento de confiança com relação aos suprimentos ambientais propicia a vivência de dependência, e também a inserção de cada um como um bebê, herdeiro da transmissão psíquica inconsciente de seus antepassados.

Neste contexto teórico, “cultura” refere-se à tradição herdada, a um fundo comum da humanidade, construído pela contribuição de indivíduos e grupos, do qual todos podem usufruir. Os mitos, uma das expressões desse fundo cultural, são um testemunho de um legado, transportado pela tradição oral, que vem sendo transmitido, de geração em geração, por mais de seis mil anos. “Em nenhum campo cultural é possível ser original, exceto numa base de tradição” (Winnicott, 1975, p.138).

“Percebemos a importância vital da provisão ambiental, especialmente no início mesmo da vida infantil do indivíduo, e, por esse motivo, efetuamos um estudo especial do meio ambiente propício em termos humanos e em termo de crescimento humano, na medida em que a dependência possui significado”.

(Winnicott, 1975, p.97)

Integrar a originalidade e a aceitação da tradição, como base da criação, pode ser considerado fundamento de uma transmissão psíquica inconsciente que valoriza a ordem estrutural e a ordem do acontecimento.

A contribuição winnicottiana localiza a experiência cultural no espaço potencial. Define que o uso deste espaço é determinado

prioritariamente pelas experiências da vida ocorridas nos estádios primitivos da existência, mas não apenas por estes.

“A integração de uma personalidade não se dá em uma certa época, em um dia determinado. Vem e volta e, mesmo quando bem conquistada, pode ser perdida por um acaso infeliz provocado pelo meio ambiente”.

(Winnicott, 1993, p.353)

Estes são alguns dos aportes de Winnicott que dão sustentação aos desdobramentos apresentados pela teoria da transmissão psíquica no campo da psicanálise vincular. Os conceitos de criação e de área intermediária revitalizam e suplementam o legado freudiano, valorizando, para além da ordem do estrutural, tudo que é da ordem do incidental e do acaso.

Tendo revisitado as contribuições de Winnicott e Freud, será feita, no próximo capítulo, uma releitura da teoria da transmissão psíquica inconsciente, que foi sendo construída por outros autores e que vem dando suporte à clínica das redes vinculares familiares e sociais.